

BRASIL: DO NEOCOLONIALISMO IMPERIALISTA AOS MOVIMENTOS NACIONAIS INDUSTRIALIZANTES

Maya Pavan Fernandes Moraes¹⁴³

Patricia Specimille Guimarães¹⁴⁴

RESUMO

Ao longo da história econômica brasileira, a influência externa - advinda principalmente das potências imperialistas - foi ponto primordial para a construção e formação do dinamismo interno atual do país, marcado pelo subdesenvolvimento, centralização de riqueza, economia altamente exportadora e pela dependência do mercado internacional. O Brasil nasce, segundo Caio Prado Júnior, como uma vasta empresa europeia e seu único objetivo se dá na obtenção de lucro, fruto das consequências e mecanismos do sistema capitalista, de suas contradições e do seu caráter exploratório pautado na expansão comercial, dando origem a seus desdobramentos, e atuando como propulsor principal dos levantes e movimentos nacionais industrializantes no século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Subdesenvolvimento; Comércio Exterior; Dependência Internacional; Emancipação.

1. INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista é pautado pelo lucro desde seus primórdios. A maximização da produção, a minimização do custo, a padronização dos produtos, a divisão do trabalho e a precarização do trabalho são heranças que tal sistema deixa para a sociedade. Logo, este artigo foi criado pela necessidade do apontamento de causas para o surgimento e continuidade do subdesenvolvimento das periferias mundiais, da imprescindibilidade de se entender qual o papel das potências na formação econômica de países menos abastados e quais as consequências deste movimento histórico.

¹⁴³Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo.

¹⁴⁴Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo e bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Economia/Ufes SESU/MEC.

O processo imperialista, do século XIX, tinha como intuito a expansão e conquista territorial de regiões da África, Ásia e América Latina pelas potências mundiais à época - Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Estados Unidos, entre outras. No curso da história, essas espoliações territoriais trouxeram, para as nações colonizadas, inúmeras consequências, como o empobrecimento, o subdesenvolvimento e a perda da identidade cultural, as quais são notórias até os dias atuais. Tais consequências são caracterizadas pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1993) como “colonialidades do poder”, ou seja, continuidades do processo de expropriação europeia e norte-americana vigentes à lógica capitalista contemporânea. O que antes era justificado como busca por recursos naturais, superioridade de raças ou atavismo social, hoje se apresenta de maneiras distintas, mas com o mesmo caráter exploratório.

Outros fatores determinantes para essa “nova forma” do imperialismo foram as guerras. Ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) uma nova ordem econômica se consolidou, mudando a atuação capitalista dos Estados Nacionais. Esta ordem era pautada no liberalismo econômico, tal qual pudesse conviver com o sistema de proteção da sociedade, promovendo o bem-estar, e não só isso, mas tendo em vista a forte presença do Estado em todos os âmbitos da sociedade. Contudo, o poder de hegemonia dos EUA, consolidado no final da guerra, e posteriormente de países europeus reconstruídos, continuou influenciando direta e/ou indiretamente as sociedades periféricas, que se tornaram instrumentos bases para o crescimento dessas potências, o que Eduardo Galeano aponta como o cerne da história do desenvolvimento capitalista: “Perdemos; outros ganharam; Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos (...)” (GALEANO, 1978, p. 18). Ademais, a recomposição das forças mundiais estimulou também os movimentos de libertação nacional de caráter emancipador dos países colonizados na África, Ásia e América Latina, sendo essa última região movida - mesmo que iniciado seu processo de industrialização desde a década de 1930 - pelo anseio de uma identidade política real diante das pressões diplomáticas e intervenções militares, por uma independência econômica de seus Estados Nacionais, desenvolvimento e bem-estar.

Dessa maneira, após apresentado o panorama geral, este artigo possui como principal objetivo, por meio de recorte nacional, apresentar as particularidades encontradas no Brasil, a respeito de seus processos de tentativa de emancipação e desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos. Assim, torna-se primordial compreender a configuração da divisão internacional do trabalho, que se plasma ao longo do século XX, para o entendimento de fenômenos como a relação de dependência entre as periferias e as potências; o “complexo de vira-lata” e o imperialismo hodierno intrínseco em mídias sociais e outros canais de comunicação, com o objetivo de responder a

seguinte questão: o que impede o Brasil, na atualidade, de alcançar de fato sua autonomia e romper as amarras imperialistas?

2. DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (DIT)

Os estudos acerca da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) iniciaram-se desde que as Grandes Navegações do século XV tornaram o comércio a longa distância possível. A partir de tal marco surgem três formas as quais a DIT se apresenta cronologicamente.

Em primeira instância, encontra-se o século XV, momento no qual o comércio se expande e grande parte da atividade econômica mundial se inicia a partir do processo de colonização. Nesse momento, o mercado é apresentado de forma distorcida, visto que a doutrina clássica do comércio ilustrava que a divisão internacional de tarefas e de produção ocorria de forma igualitária. Conceitos neoliberais - como o *laissez-faire* - se originam neste momento, com destaque para a Primeira Revolução Industrial.

Assim, de acordo com o desenvolvimento mundial, e o surgimento de novas potências, essa doutrina clássica já era observada como ilógica por algumas nações, no entanto, era contraditoriamente - e estrategicamente - cada vez mais difundida. A fim de ilustrar o quão deturpada tal ideologia se apresenta, tem-se a Grã-Bretanha como exemplo pioneiro. Apesar desta potência ser reconhecida como o berço do liberalismo, a realidade histórica é que o seu desenvolvimento contou com uma forte política intervencionista. A proibição da importação de lã, a contratação de mão de obra especializada dos Países Baixos e as expedições enviadas para a identificação dos melhores territórios para a instalação de manufaturas, são apenas alguns dos diversos exemplos de políticas criadas pelo Estado para incentivo à manufatura nacional em seu pioneirismo na primeira fase da Revolução Industrial. A impressão liberal se dá pela forma com que a Grã-Bretanha ilustra internacionalmente o seu processo de desenvolvimento, ou seja, o país incentiva a teoria de livre comércio por ser mais vantajoso à potência, haja vista a diminuição das taxas alfandegárias e as vantagens à exportação dos produtos manufaturados gerados por tal ideal (CHANG, 2004).

“O intercâmbio desigual pelo qual era conduzido o comércio, servia de garantia de que os lucros resultantes favoreceriam os exportadores de produtos manufaturados” (ALBUQUERQUE, 1987, p. 99). E, dessa maneira, a DIT se apresenta, até a contemporaneidade, como uma ferramenta de ilustração das relações de dependência entre centro e periferia capitalistas, e como essa extração

historicamente abusiva de riquezas continua a impedir que estas nações periféricas consigam de fato se desenvolver.

3. IMPERIALISMO

Em linha cronológica, como se sabe, após as Revoluções Industriais do século XIX, o mundo encontrava-se profundamente embebido pelo modo de produção capitalista. Marcado pela competitividade, abertura de mercados e superprodução, o cenário pós-desenvolvimento do que hoje são conhecidos como potências mundiais, demandava expansão. Dessa forma, a partir da necessidade de novos mercados consumidores e de matérias-primas - devido à saturação dos mercados nacionais -, as potências europeias reuniram-se na chamada Conferência de Berlim a fim de dividir o território africano, dando origem ao conhecido historicamente por Imperialismo.

O continente Americano, com destaque para a América Latina, já encontrava-se explorado em tal momento, devido às colônias de exploração drenadas por países europeus séculos antes, e, por isso, as consequências já poderiam ser observadas no século XIX. Contudo, os continentes asiático e africano, explorados de forma mais intensa durante o neocolonialismo no século XIX, apesar de sofrerem processos de ocupação muito parecidos aos da América, foram vítimas de estratégias indiretas de ocupação. A teoria já se expunha de forma determinada a partir da visão cartográfica, pois o mapa do continente africano se encontrava com fronteiras retas e desenhadas, sem nenhum critério étnico ou linguístico. O Imperialismo, portanto, por mais bem elaboradas que fossem as teorias psicológicas, diplomáticas e atavistas, foi uma questão estratégica, haja vista o domínio indireto que as potências já possuíam sobre a África a partir de missionários, entrepostos comerciais, colônias, entre outros. O darwinismo social, o cristianismo e o prestígio nacional foram subterfúgios eficientes, porém, a Conferência de Berlim, com as fronteiras que contaram com cerca de 30% de linhas retas, a livre navegação sob os rios Níger e Benue e as resoluções superficiais e vazias de sentido acerca do tráfico negreiro e do bem-estar do povo africano, apenas comprovam a prepotência histórica das nações desenvolvidas (UZOIGWE, 2010).

4. REVOLUÇÕES NO SÉCULO XX

Segundo Mazzucchelli (2009), após a Primeira Guerra Mundial, nos territórios europeus, onde de fato ocorreram as batalhas, as nações encontravam-se destroçadas, tanto pela devastação física e territorial, quanto no âmbito econômico, com países que saíram falidos. Porém, a realidade estadunidense foi contrária a das potências europeias, uma vez que, além das peculiaridades do desenvolvimento econômico dos EUA desde a colonização, e o impulso gerado na economia após a guerra civil, a economia norte-americana teve uma injeção de renda e poderio com a Primeira

Grande Guerra. Assim, a partir desse processo, a nação passa a conceder empréstimos para toda a Europa, conquistando seu espaço como potência mundial e realizando funções outrora europeias. Após a Segunda Grande Guerra, este cenário é intensificado: a bipolaridade mundial entre capitalismo e socialismo tornava-se cada vez mais latente e as potências europeias se expunham fragilizadas .

As colônias africanas e asiáticas, fortalecidas pela formação de elites durante a década de 1930 e observando a conjuntura mundial, dão início a movimentos de independência. A partir de 1940, ano de libertação da China, diversas colônias fomentaram seus processos de independência, principalmente por influências socialistas, uma vez que a União Soviética tornava-se progressivamente autônoma e difundia ideais igualitários. Contudo, seguindo o padrão histórico, as potências capitalistas permaneceram tentando se beneficiar a qualquer custo. Acordos de independência foram feitos na década de 1960 - com exceção das colônias portuguesas - entre metrópoles e suas periferias, no entanto, o objetivo era puramente estratégico, haja vista a economia de recursos econômicos gerada pela não necessidade de controle político direto. Dessa forma, enquanto as colônias adquiriam a falsa sensação de liberdade, as metrópoles continuavam arquitetando pressupostos de estímulo às diferenças internas a fim de instigar guerras civis, pois a partir da segregação de povos o domínio indireto das potências era facilitado, além dos lucros gerados pela indústria de guerra (UZOIGWE, 2010).

O discurso nacionalista para manutenção da drenagem de riquezas dessas terras se caracterizava por uma defesa da doutrina clássica do comércio, na qual o protecionismo se apresentava como um malefício ao liberalismo, apesar da prática econômica das potências adotá-lo.

[...] o livre-comércio nunca foi o resultado natural do laissez-faire, mas exigiu o uso de uma considerável força política e militar para se sustentar; as nações que não conseguiram resistir à doutrina do livre-comércio tornaram-se vítimas do subdesenvolvimento, induzido pela especialização em produtos primários, como aconteceu na África, Ásia, América Latina e algumas partes da Europa. Aquelas que conseguiram resistir, como os Estados Unidos e a Alemanha, evoluíram para economias industriais maduras (ALBUQUERQUE, 1987, p. 5).

Ainda nessa esteira de pensamento:

Livre-comércio é uma espécie de senha que pode ser usada contra outras nações todas as vezes que interesses comerciais se chocam. Outra razão da imortalidade dos ideais do livre-comércio é o fato de poder usá-lo sempre

que isto seja conveniente, sem ter realmente que se comportar de acordo (Idem, ibidem).

Por fim, algumas nações adotaram uma abordagem mais violenta a partir do uso de guerrilhas armadas, porém, essas eram respondidas com mais violência. A partir disso, os próximos recortes do presente artigo ilustrarão exemplos das consequências da crueldade imperialista e colonialista sobre o Brasil, país da América Latina, também vítima de tal processo.

5. CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Antes de fomentar a questão principal, faz-se essencial apresentar os elementos e antecedentes da formação econômica brasileira. Sua história econômica é, a priori, marcada pela subordinação e dependência internacional desde seu processo de colonização em 1500, com a chegada dos portugueses ao litoral brasileiro. Prado (1981) caracteriza os acontecimentos dessa época como um capítulo da história do comércio europeu:

Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e a colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores (PRADO JR, 1981, p. 5).

Explorações de setores esses, elucidados pelo autor, que iniciam os ciclos econômicos brasileiros, em que a extração do pau-brasil marca os primeiros contatos dos portugueses no território. Posteriormente, entre 1530 e 1640, consolidou-se de fato a ocupação efetiva, determinada pelo povoamento, colonização e estabelecimento da agricultura de cana-de-açúcar nos grandes latifúndios, sobretudo no Nordeste brasileiro, que detinham como elemento central os engenhos, determinando a grande propriedade como forma de exploração agrária no país, se utilizando da captura de mão de obra indígena, logo substituída pela escravidão possibilitada pelo tráfico negreiro. Além do açúcar, começou-se também a plantar o tabaco, ambos compondo o primeiro setor dos grandes produtos de exportação. A partir do séc. XVIII, a descoberta das jazidas auríferas expande o interesse da metrópole portuguesa pelo Brasil, o que conduz ao desenvolvimento por meio de restrições econômicas e opressões administrativas. Pode-se notar também a forte pecuária e exploração massiva de diversos outros recursos naturais, como os rios amazônicos e as florestas, em interesses do enriquecimento de Portugal. Neste mesmo século, a Revolução Industrial refletiu diretamente nas colônias, alargando mercados e valorizando seus produtos, fato que acabou por

articular os conflitos europeus, que em sua maioria, como dito por Prado (1981), têm sempre como *ultima ratio*, o problema colonial.

6. A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

A pequena manufatura da época colonial logo tornou-se ultrapassada com a abertura dos portos em 1808 no país. Esse movimento permitiu que as mercadorias brasileiras pudessem competir com o mercado exterior em igualdade de condições, graças às baixas tarifas alfandegárias até 1844. Contudo, a indústria brasileira foi massacrada pela superioridade das produções européias, o que paralisou suas atividades. Um dos motivos que impedia o estabelecimento da indústria moderna no país era a deficiência de fontes de energia, pois o Brasil sempre careceu de jazidas de carvão de pedra, essenciais para o funcionamento das máquinas na época. Além disso, outro elemento que lhe faltava era a siderurgia, porque mesmo com grandes reservas de ferro, estas encontravam-se em lugares de difícil acesso dos grandes centros consumidores. Mas, a principal deficiência, introduzida por Prado (1981), é a de mercado consumidor, quesito essencial para a produção de larga escala exigida pela maquinofatura. Outrossim, as exportações não acompanhavam o ritmo do crescimento da população, tal fato pode ser observado no déficit constante de seu comércio exterior, notório até a atualidade. O desequilíbrio externo das contas do país se comprova pelo declínio constante do câmbio monetário, queda que provocou o encarecimento das mercadorias, configurando-se como impulso direto ao estímulo da produção nacional, sem contar com a disposição do algodão para indústria têxtil e o baixo preço da mão de obra.

Esse impulso à indústria no Brasil consolidou-se entre 1914-1918, período da Primeira Guerra Mundial, responsável pela queda do câmbio e, conseqüentemente, pela concorrência estrangeira. Contudo, ainda existiam diversas problemáticas em volta de seu desenvolvimento, dentre elas destaca-se: a carência de capital, dado o baixo nível econômico do país e seus problemas estruturais, os quais tornam lento o processo de capitalização. Dessa forma, a indústria estaria estritamente dependente do comércio exterior e do balanço de contas internacionais do país, como observado no período da guerra, bem como o estado das finanças públicas e as emissões que cobriam as despesas do Estado.

7. DEPENDÊNCIA DO CAPITAL ESTRANGEIRO E AS CONSEQUÊNCIAS IMPERIALISTAS

Como destacado anteriormente, o desenvolvimento econômico brasileiro é indissociável das amarras imperialistas, sobretudo após a evolução do capitalismo financeiro no séc. XIX, período de aceleração do movimento exploratório europeu e norte-americano nas regiões periféricas do globo.

Ainda de acordo com Prado (1981), no Brasil a dependência do capital financeiro se iniciou com os empréstimos públicos, como por exemplo aqueles concedidos ao país para a realização da política de valorização do café, e a partir disto o capital estrangeiro tornou-se cada vez mais presente, tanto no café quanto em qualquer setor que pudesse ser rendoso. Toda essa situação também abria caminho para as especulações, que detinham como instrumentos as agências e filiais de bancos internacionais em território brasileiro, estabelecendo com veemência o controle do capital estrangeiro, o desequilíbrio das contas nacionais e a promoção de déficits no país, por depender inteiramente do cenário externo.

As consequências das ações imperialistas e da dependência do capital estrangeiro sobre as nações marginalizadas da América Latina, África e Ásia são múltiplas, entretanto, possuem suas particularidades. No Brasil, como visto, os primeiros vestígios da “colonialidade”, tal qual pautada por Quijano (1993), foi, em primeiro lugar, a exploração da riqueza nacional e a detenção da mais-valia do trabalho brasileiro por interesses completamente destoados do próprio país. Em segundo lugar, a defasagem estrutural da sociedade brasileira sistematizada nas adjacências da má distribuição de renda e do empobrecimento. No entanto, fazendo jus as contradições capitalistas, o Imperialismo foi fator primordial para a entrada da economia brasileira no convívio internacional, o que posteriormente viria a eclodir em movimentos, ou melhor, no caso brasileiro, espasmos nacionalistas em determinados momentos de sua história, buscando a superação da dependência frente às nações desenvolvidas.

8. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E OS MOVIMENTOS EMANCIPATÓRIOS NA AMÉRICA LATINA

Após a crise de 1929 e o imediato pós-Segunda Guerra Mundial, uma nova onda econômica se estabeleceu no mundo. Com os Estados Unidos como principal símbolo hegemônico, em conjunto ao sistema de instituições multilaterais estabelecidas em Bretton Woods, a expansão do capital norte-americano buscou, sobretudo, investimentos industriais. Assim, Theotônio dos Santos (1998) relaciona os movimentos industrializantes na América Latina, nos anos de 1930-45, como dependentes dos acontecimentos externos. Com isso, a Teoria da Dependência buscou explicar as novas características do desenvolvimento social e econômico nessas regiões, que se dá principalmente pela implementação da indústria e pela expansão do capital internacional, abrindo caminho para se pensar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como resultados históricos do próprio capitalismo.

Essa reorganização mundial, após a guerra, lançou margem principalmente para os movimentos gerais emancipatórios, promovidos pelas regiões subdesenvolvidas, em busca da contestação do

liberalismo, autonomia, nacionalismo e superação das amarras da dependência econômica. Segundo Ilse Scherer-Warren (2008), surgem a partir do séc. XX, na América Latina, as primeiras ações coletivas de caráter reivindicativo, contudo, apresentando certas particularidades no curso da história de cada país que as compõem. A Revolução Cubana de caráter socialista, por exemplo, buscava derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista em 1959, que possuía suas políticas voltadas à censura e a atender os interesses dos EUA. Já a revolução Boliviana, em 1952, por meio de insurreições e conflitos violentos e diretos, também combatiam as influências imperialistas mantidas pelo governo vigente.

No Brasil, esses processos libertários não possuíam caráter violento e radical, como em outros países latinos. Um de seus principais espasmos nacionalistas pode ser observado no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com a implantação de projetos industrializantes que possuíam o ideário nacional-desenvolvimentista, vigorando no Brasil entre 1930 e 1960. Como analisado anteriormente, mesmo quando o país ingressou no crescimento econômico, continuou sendo alvo de grande demanda internacional. Assim, os projetos do período varguista tinham como objetivo a diversificação do mercado interno pautada pela intervenção

Estatal em áreas de interesse nacional, em que foram criadas a Petrobrás e a Eletrobrás, acompanhadas por uma reforma fiscal. Esse projeto nacional-desenvolvimentista esteve, no início, vinculado à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), marcada profundamente pelo conceito de “subdesenvolvimento”, traçado pelo economista brasileiro Celso Furtado. Este defendia que a forma de ultrapassar a situação de subdesenvolvimento era implantando reformas básicas pelo Estado, sendo elas: agrárias, fiscais, bancárias, urbanas, administrativas e universitárias. Anos depois, baseadas em tais reformas estruturais, surgem as “Reformas de Base”, implantadas em 1962 durante o governo de João Goulart. Todavia, como elucidado por Pedro Fuentes (2009), assim como Perón, na Argentina, e Lázaro Cárdenas, no México, também Vargas, no Brasil, sinalizou o começo e o fim do nacionalismo burguês de enfrentamento ao imperialismo. Vedado, no caso brasileiro, pelo golpe militar em 1964.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, pode-se concluir que o processo neocolonialista imperialista, que abarcava os interesses das potências européias e norte-americana, detinha caráter exploratório, ao mesmo tempo em que disseminava discursos falsos de livre-comércio para o restante do mundo, possuindo em suas políticas internas a intervenção do Estado, a qual foi fundamental no curso da história do capitalismo, não só no sentido administrativo e promotor de políticas públicas, mas influenciando direta ou indiretamente as relações mercantis. Contudo, quando países periféricos iniciam sua

inserção no mercado internacional, possibilitado pelo próprio capitalismo imperialista, essas relações mudam sua forma, mas não suas intenções acerca do crescimento a qualquer custo. No Brasil, isso não foi diferente:

O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes (PRADO JR, 1981, p. 211).

O que contribuiu, e continua contribuindo, para a estagnação de seu desenvolvimento interno, tanto em sua indústria quanto em seus serviços, frente aos interesses das potências mundiais, servindo como uma prensa hidráulica a qual é submetida pelos vestígios imperialistas são: desigualdade social, altos níveis de pobreza, péssimas condições de infraestrutura e má distribuição de renda, em um país em que os interesses da classe elitista e do próprio Estado estão voltado para fora, na medida em que possui em mãos boa parte dos recursos necessários para o desenvolvimento de sua economia interna.

10. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. **Divisão internacional do trabalho**. Revista de Cultura e Política, São Paulo,, n. 13, p. 95-103, 1987. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451987000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 abr. 2021.

SANTOS, Theotônio dos. A teoria da Dependência: um balanço histórico. In: Francisco Lopez Segreras. **O Desafio da Globalização**. Ensaios em Homenagem a Theotônio dos Santos. CRESALC-UNESCO, Caracas, 1998.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. Título original: Las venas abiertas de América Latina. 39 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p.

PEREIRA, Vinícius. **A construção da concepção centro e periferia no pensamento econômico: das teses do imperialismo às teorias da independência**. Espírito Santo: EDUFES, 2019. 464 p. ISBN 978-85-7772-436-9.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 364p.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder**, Eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (org.). A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 1993. p.201-246.

UZOIGWE, G. N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, A. A. (Ed.). **A África sob dominação colonial: 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010. cap. 2, p. 21-50.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Introdução. In: VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. [S. l.]: Unesp, 2012. p. 22-43. ISBN 853930225X.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. China: Outro “modelo” de construção do socialismo. In: _____. **História econômica geral**. [S. l.]: Saraiva Uni, 2013. cap. 20.3, p. 532-545. ISBN 8502212540.